



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Ciências da Saúde  
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva

### **CARTA ABERTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Nos encontramos a duas semanas de definir o próximo Presidente da República, em um contexto de desinformação, violência e promessas de francos atentados a direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos brasileiros. No atual panorama político, vemos dois diferentes cenários para nosso futuro: um que abala a democracia e incita a violência; e outro que propõe um caminho democrático com respeito aos pactos sociais e às instituições, como a Constituição Cidadã, a Universidade Pública e o Sistema Único de Saúde (SUS), entre inúmeros outros elementos sensíveis para população brasileira.

Como pesquisadoras/es da saúde coletiva, percebemos o enorme retrocesso que a Emenda Constitucional 95/ dez 2016 (EC 95) trouxe às políticas públicas em geral, e à saúde especificamente, colocando um teto de gastos para os investimentos em políticas sociais. De um lado, temos um projeto político que se coloca a favor da EC 95 e não apresenta propostas reais para saúde pública brasileira, tendo em seu plano de governo argumentos vagos e que ameaçam o caráter universal e gratuito do SUS. Do outro lado, vemos um programa de governo implicado com um SUS público e de qualidade, sua implantação constitucional e a revogação da EC 95, além da ampliação e qualificação dos mecanismos de participação popular e controle social na saúde e nas demais esferas públicas.

No que diz respeito às Universidades Públicas, o projeto político que atenta contra a democracia propõe a mercantilização da pesquisa nas universidades, transformando pesquisadores em “empreendedores” sujeitados às regras e a ética do mercado financeiro. Entendemos que a educação pública e de qualidade é dever do Estado e que a pesquisa deve ser regida pelas demandas da população e da sociedade, incentivando a criação de tecnologias



socialmente sensíveis e que possam melhorar a vida e a saúde do povo brasileiro e que esta perspectiva só pode ser alcançada por um projeto verdadeiramente democrático.

Vale lembrar que, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estado Democrático é destinado a "assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

Dessa forma, entendemos que a democracia brasileira, baseada na igualdade de direitos dos cidadãos, na possibilidade de expressão dos diversos projetos de vida, sejam individuais ou coletivos, é ameaçada pelo discurso de ódio e violência, na contramão da construção de soluções pacíficas para os problemas sociais, como definidas na carta magna que rege a sociedade brasileira.

Com a despolarização e desinformação que pautou as campanhas eleitorais desde o primeiro turno das eleições para presidente, vemos com imensa preocupação a não realização de debates sobre as propostas dos candidatos, entendendo que não há como garantir uma democracia com base em um projeto que discrimina e hostiliza as minorias, dissemina discurso de ódio e violência, e que promove respostas simplistas para problemas sociais profundos e complexos.

Reafirmamos que o debate é instrumento fundante para a construção de democracia e para a escolha consciente de um projeto político e que sua não realização é uma afronta ao processo democrático, uma vez que esse seria extremamente útil para elucidar as propostas do plano de governo, e assim evitar mais desinformação gerada pelas notícias falsas das campanhas de 2018.

Em concordância com o compromisso histórico de luta do movimento da reforma sanitária pela democracia, bem como as manifestações de diferentes entidades como ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino



Superior), ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), COFEN (Conselho Federal de Enfermagem), FNE (Federação Nacional de Enfermeiros) e o Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, o coletivo de discentes e docentes do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, vem se posicionar em defesa da liberdade, da democracia, pelo direito universal à saúde, pela educação pública de qualidade e em favor dos direitos de todos os cidadãos no país, independente de sua cor, raça, etnia, religião, classe social, orientação sexual ou gênero.

**COLETIVO DE DISCENTES E DOCENTES DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA DA UFSC**

**Florianópolis**

**15/10/2018**